



## DESTAQUE RURAL Nº 50

20 de Fevereiro de 2019

### **DEFLAÇÃO (INFLAÇÃO NEGATIVA) DOS PREÇOS ALIMENTARES EM 2018?**

João Mosca

O Observatório do Meio Rural (OMR) publicou, no início de cada mês de 2018, um Boletim de Preços Alimentares. Os dados foram obtidos em cinco bazares em Maputo, cinco na Beira e três em Nampula, todas as semanas, às quartas-feiras, sensivelmente à mesma hora. Foram recolhidos preços de quinze bens, considerados básicos na dieta alimentar: açúcar castanho, amendoim, arroz, batata-reno, carvão, cebola, coco, farinha de milho, feijão nhemba, massa esparguete, óleo alimentar, peixe carapau, repolho, sal e tomate.

Este Destaque Rural procura compreender as razões da evolução do nível médio dos preços dos bens estudados e discutir se esse facto constitui, ou não, um sinal positivo da economia. Questionam-se algumas questões elementares acerca da metodologia de cálculo da inflação do país.

Para verificar a metodologia do cálculo da variação dos preços dos bens referidos, veja o Observador Rural Nº 71, de Fevereiro de 2019, com o título “Evolução dos preços alimentares 2018” (veja em [http://omrmz.org/omrweb/publicacoes\\_categ/or/](http://omrmz.org/omrweb/publicacoes_categ/or/)).

Muitas teorias existem acerca da inflação. Isso não é matéria deste texto.

Os cuidados a considerar nesta análise, assim como para a inflação anunciada pelo Instituto Nacional de Estatística e do Banco de Moçambique, são os seguintes: (1) as três cidades não representam o conjunto da economia, em termos de população; (2) a estrutura de consumo nas cidades é muito distinta da do meio rural onde habita cerca de 70% dos moçambicanos; (3) pela experiência do OMR, nas cidades há preços bastantes diferenciados entre os bazares, sobretudo pela localização (bazares centrais) e porque alguns desempenham simultaneamente as funções de grossista e retalhista; e, (4) os preços dos supermercados e mercearias são diferentes dos praticados nos bazares. Nestas condições, é muito difícil estabelecer, com rigor, os factores de ponderação (territorial e social) para o cálculo da inflação global do país.

Assim, os cidadãos deveriam saber que as taxas de inflação anunciadas não reflectem a real evolução dos preços. Esta pode ser uma das razões para que, regra geral, o que as pessoas referem sobre a evolução do custo de vida, não corresponda às inflações anunciadas oficialmente.

O cálculo da inflação oficial considera mais bens e são introduzidos factores de ponderação, pelo que, em rigor, os números apresentados abaixo não são totalmente equivalentes. Considera-se, no entanto, que os quinze bens são representativos da dieta alimentar básica.

Pelos dados obtidos, verificou-se, a nível do país, uma deflação (inflação negativa). Isso significa que o nível médio dos preços dos bens considerados foi, em 2018, inferior ao de 2017. Se este resultado é considerado fiável, para os bazares das três cidades, quais poderiam ter sido os factores que influenciaram nesse sentido? Para a análise deste caso e considerando o contexto, os preços dos bens e serviços diminuem quando: (1) existe um aumento da oferta, seja como reacção dos produtores face a um aumento da procura, como resultado de maior produtividade da produção

ou em consequência por mais concorrência e menores distorções do mercado; (2) se verifica um aumento dos preços de um bem, que faz com que haja mais consumo de um ou de vários bens sucedâneos (substitutos) mais baratos (por exemplo, se o preço da farinha de milho aumenta, o consumidor pode substituir o milho por arroz, mandioca, batata-doce, etc.); (3) o nível do rendimento das famílias diminui; e, (4) numa economia dependente de importações devido à depreciação da moeda nacional (subida da taxa de câmbio).

A variação média semanal dos preços nas cidades de Maputo, Beira e Nampula foi a seguinte, em percentagem: açúcar amarelo (-0,1), amendoim (-1,2), arroz importado (-0,1), batata-reno (2,8), carvão (-2,4), cebola (-8,1), coco (-6,4), farinha de milho (-0,05), feijão nhemba (-4,7), massa esparguete (-0,2), óleo alimentar (0,1), peixe carapau (0,9), repolho (-2,4), sal (1,7), tomate (-4).

Os dados do OMR e os oficiais indicam deflação pouco significativa. Dos quinze bens, houve redução dos preços em doze. Isto é, houve uma deflação. Considerando os principais factores de variação de preços acima mencionados, pode-se considerar: (1) o Metical teve em 2018 uma ligeira apreciação face ao Rand, de 4,76 MZN para 4,59 MZN em 2018, contribuindo para a redução dos preços internos; (2) em 2018, comparativamente com 2017, as importações de açúcar, arroz, carnes, hortícolas e legumes diminuíram e aumentou em óleo alimentar; (3) nada indica que as famílias tenham obtido maiores rendimentos (volume líquido de emprego, evolução do salário real e novas oportunidades de rendimento); e, (4) as estatísticas do MASA indicam aumento da produção (o OMR já referiu acerca da não fiabilidade dos dados da produção agrícola).

Se o aumento da oferta nacional foi derivado da redução de custos de produção internos e de menores distorções dos mercados (o que significa mais eficiência da economia), é considerado positivo. Nada indica que esta possibilidade tenha acontecido em 2018. Igualmente, não existe evidências que comprovam o aumento da produção nacional em 2018.

Se os quatro aspectos do penúltimo parágrafo são aceites, pode-se deduzir que a redução de preços foi principalmente motivada pela combinação dos seguintes factores: (1) diminuição da procura por perda de rendimento das famílias pobres urbanas (as que adquirem os bens de consumo em bazares e/ou mercados informais); (2) apreciação do Metical; (3) eventual aumento da oferta nacional. Estes três factores tiveram, em princípio, maior influência sobre a variação dos preços em baixa do que a diminuição da oferta de bens importados (o que provoca um aumento dos preços).

A deflação poderia ter sido ocasionada também por uma maior procura de bens sucedâneos, reduzindo os preços dos bens considerados no estudo (devido ao efeito de menor procura). Isto é, os cidadãos pobres nas três cidades passaram a consumir mais bens considerados na literatura económica como "bens inferiores" (no caso, poderia ser a mandioca, batata-doce, folhas de diversas plantas), com consequências sobre a subnutrição.

Em resumo: (1) o cálculo da inflação não é fácil e as bases usadas não reflectem, por várias razões, a inflação da economia e, em particular, dos bens alimentares; (2) a existência de uma situação de deflação, ou de redução rápida e de grande amplitude da inflação, não é necessariamente positiva. Por outro lado, uma inflação alta deve ser evitada porque é fortemente penalizadora, num primeiro momento, sobre o investimento e o consumo, sobretudo para os grupos sociais de menor rendimento; por isso a inflação é considerada como o "imposto dos pobres". É necessário saber quais os factores que provocaram a redução da média dos preços. No caso em análise, provavelmente, a deflação não resultou de uma evolução positiva de alguns aspectos da economia e da sociedade. Por estas razões, as considerações sobre a inflação devem centrar-se sobre quais os factores que provocam essas evoluções.

Duas sugestões aos órgãos responsáveis sobre o cálculo da inflação: (1) a apresentação dos dados da inflação deve ser acompanhada do significado e dos factores das variações, na medida em que, nem sempre, uma variação em baixa, sobretudo quando rápida e de grande amplitude reflecte bons sinais da economia; e, (2) é necessário rever a metodologia para o cálculo da inflação. A implementação de uma metodologia terá custos elevados. Será esta a única razão para que a actual metodologia perdure, no essencial, há tantos anos?